

Desigualdades no acesso à educação básica de jovens e adultos no Brasil nos anos 2000¹

Stella Silva Telles²

Resumo:

O artigo se propõe a apresentar a situação de escolarização dos jovens e adultos no Brasil e as dificuldades para a elevação da escolaridade. O trabalho parte de uma análise sobre a escolaridade das pessoas adultas nos países sul-americanos e mostra que o Brasil apresenta uma das maiores proporções de pessoas sem escolarização fruto das altas taxas de analfabetismo entre os adultos, ainda persistentes no país. Com base nos dados da Pnad, apresenta-se a evolução do nível de escolarização do Brasil levando em conta as mudanças demográficas entre o ano de 2001 e de 2009. O artigo mostra como as desigualdades de renda e outros fatores representam impedimentos para a elevação da escolaridade. Por fim, apresentam-se as principais políticas implementadas pelo governo na última década que tiveram como foco a elevação da escolaridade dos adultos.

¹ Trabalho apresentado no “V Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, Montevideo, Uruguay, de 23 a 26 de outubro de 2012”.

² Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, stella@nepp.unicamp.br

Desigualdades no acesso à educação básica de jovens e adultos no Brasil nos anos 2000

Introdução

Este artigo traz alguns resultados da pesquisa que analisou, nas Regiões Metropolitanas Brasileiras e Distrito Federal, aspectos que definem e limitam a superação da pobreza e da desigualdade de renda, tendo por referência a família³. Assim, entre os vários aspectos serão apresentados aqueles relacionados ao acesso dos jovens e adultos à educação básica, constituída pelo Ensino Fundamental e pelo Ensino Médio⁴, por se tratar de um elemento fundamental para a superação da pobreza.

Procurou-se evidenciar de forma descritiva fatores relacionados ao acesso da população à educação e não à qualidade da educação recebida.

As fontes de dados utilizadas foram as Pnads – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, IBGE - dos anos 2000 que permitiram estudar a desigualdade existente nas regiões entre o início e o final da década. Para investigar as dificuldades relacionadas com a conclusão da educação básica pelos jovens e adultos, focamos nos grupos: 18 a 29 anos e, 30 anos ou mais.

Ao analisarmos o acesso da população à educação lidamos com conceitos de fluxo e de estoque. Com relação ao fluxo, são considerados os processos de escolarização refletidos na produção do capital humano relacionado à educação formal e, com estoque estamos nos referindo ao conjunto de população adulta educada, resultado de processos prévios da educação. O estoque em geral, é medido em termos de quantidade de educação formal, muitas vezes expresso no nível mais alto concluído ou em anos médios de estudo. (LUTZ, 2011).

Ao apresentar este panorama do acesso dos jovens e adultos à educação é necessário que se mostre a heterogeneidade do contexto em que ele se insere. Diferenças por gênero, por tipos

³ Projeto “Desigualdade e pobreza nas famílias metropolitanas: diagnóstico e recomendações para a redução das desigualdades.” Em andamento. CNPq. Edital MCT/CNPq/MDS-SAGI n° 36/2010 - Estudos e Avaliação das Ações do Desenvolvimento Social e Combate à Fome / Processo 563760/2010-9. NEPP / UNICAMP. Coordenação: Lília Montali.

⁴ Ensino Fundamental é uma das etapas da Educação Básica no Brasil, cuja duração é de 9 anos e é obrigatório para as crianças com idade entre 6 e 14 anos. Originalmente surgiu do Ensino de Primeiro grau o qual é fruto da fusão dos antigos curso primário (com quatro a cinco anos de duração), e do curso ginasial, com quatro anos de duração, este último considerado, até 1971, ensino secundário. O Ensino Fundamental corresponderia aos níveis 1 e 2 na Classificação Internacional da Educação. O Ensino Médio é a etapa de ensino correspondente à última fase da educação básica. Antigamente conhecido como segundo grau. Esta etapa da educação básica tem duração de 3 anos e atende ao público adolescente de 15 a 17 anos quando não há atraso escolar e também aos maiores de 17 anos caso contrário. Este nível de ensino corresponde ao nível 3 na Classificação Internacional da Educação (ver quadro no Anexo).

de famílias, diferenças nos níveis de rendimentos e, na inserção ocupacional dos jovens e, dos adultos têm relações significativas com o nível de escolarização obtido (ANDRADE; TELLES, 2008). As conclusões obtidas a partir dos dados apresentados e através de outros estudos para o país apontaram que houve ampla expansão da política educacional que permitiu maior inclusão da população em todos os grupos etários estudados apesar dos altos níveis de desigualdade no acesso à educação.

A situação educacional dos adultos em alguns países

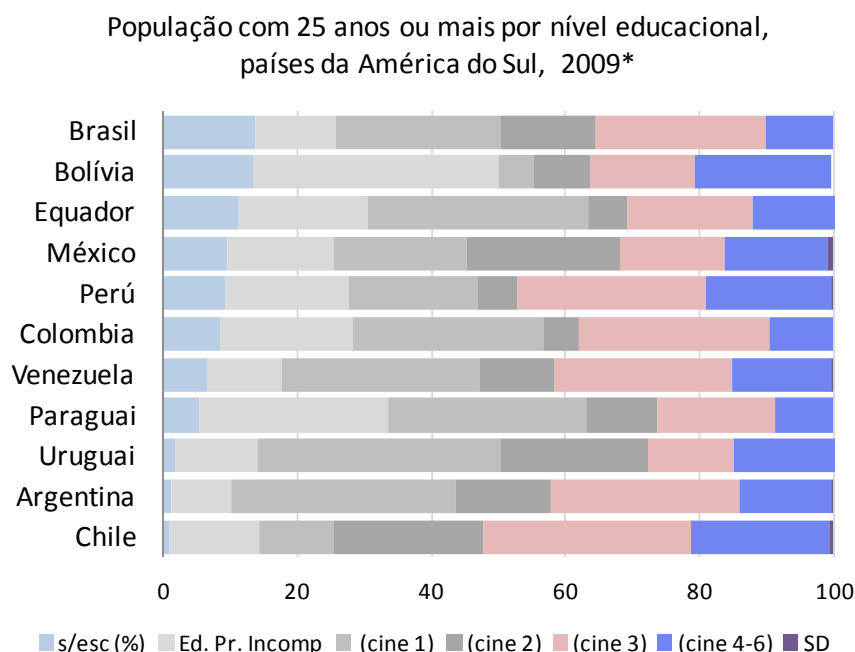
Iniciamos com uma apresentação da situação atual das conquistas educacionais. De acordo com o Compendio Mundial de Educação, Instituto de Estadística de la UNESCO, 2011, o ganho educacional pode ser medido em termos do percentual de população adulta (pessoas com mais de 25 anos) que completou a educação primária, secundária ou pós-secundária como está definido na CINE - classificação internacional normalizada da educação - pelo instituto⁵. Assim, o ganho educacional está definido como o nível CINE mais alto de educação concluído satisfatoriamente por pessoas com mais de 25 anos, sob a hipótese de que as pessoas a partir desta idade já deveriam ter concluído no mínimo a educação básica (nível primário e secundário, ou seja, CINE 1 a 3). O instituto consolida dados de surveys nacionais de população e de domicílios representativos dos países.

Analisando a situação de alguns países da América do Sul em 2009, a conclusão é de que o ganho educacional é bastante heterogêneo. Entre os países com maiores proporções de adultos com educação básica concluída, ou seja, com educação secundária concluída, destacam-se Chile, Perú, Argentina e Venezuela que apresentaram percentuais variando entre 52% a 41%, (Gráfico 1).

Na outra ponta, com relação aos países onde a população adulta conseguiu, no máximo, completar a educação primária apontamos os países: Equador, Paraguai, Colômbia e Bolívia onde os percentuais tiveram uma variação de 64% a 55% da população com 25 anos ou mais.

⁵ Na pesquisa anual, o Instituto de Estadística da UNESCO distribui a população de um país em oito categorias de ganho educacional.: os não escolarizados, educação primária incompleta, educação primária completa (CINE 1); primeiro ciclo de educação secundaria completa (CINE 2); segundo ciclo de educação secundaria completa (CINE 3); educação pós-secundária, não terciária, completa (CINE 4); educação terciaria completa (CINE 5 e 6); e ganho educacional desconhecido.

Gráfico 1 - Situação educacional dos adultos em alguns países da América do sul



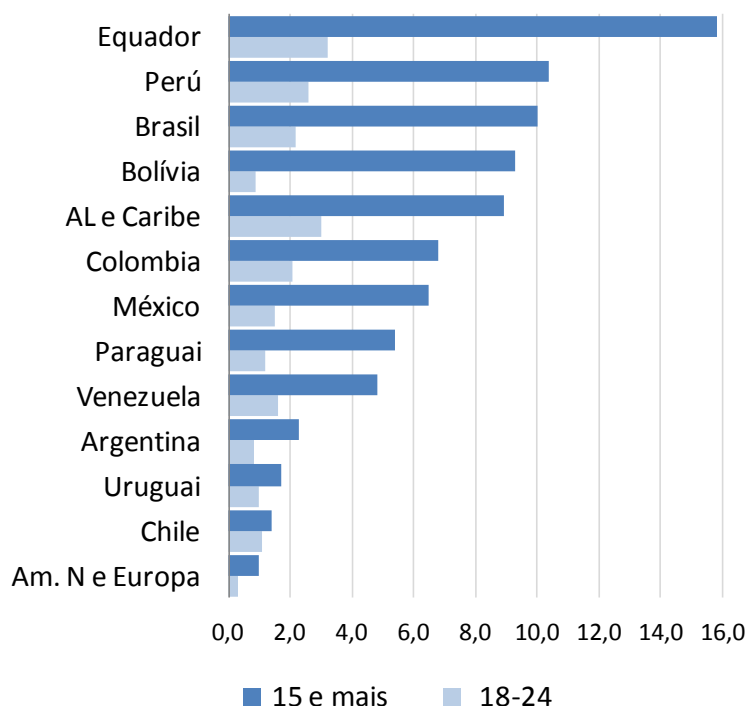
(*) Os dados referem-se ao ano de 2008 para os países: Chile, Venezuela, Bolívia e Brasil. Paraguai tem como ano de referencia, 2007 e a Argentina o ano de 2003.

Fonte: Compendio Mundial de Educação de 2011, Instituto de Estatística da UNESCO

O Brasil conta com uma participação relativamente baixa de adultos com educação básica concluída, por volta de 35% e, metade de sua população adulta conquistou no máximo a conclusão do nível primário. Mas o que chama mais atenção é o alto percentual de adultos sem escolarização que atingiu 14% da população maior de 25 anos em 2008. Entre os países sul-americanos estudados é no Brasil onde existe a maior taxa de pessoas sem escolarização fruto das altas taxas de analfabetismo ainda persistentes no país.

No Brasil foram contabilizados em 2009 14,1 milhões de pessoas com mais de 15 anos em situação de analfabetismo. De acordo com os dados da UNESCO a situação de analfabetismo entre maiores de 15 anos no Brasil só não é pior que o Perú e Equador, consequência da falta de prioridade e valorização que a Educação tem recebido ao longo dos anos. Em geral é nos países com as maiores taxas de analfabetismo na população onde se revelam as maiores distancias geracionais com relação ao acesso à educação, onde as gerações mais velhas estão em desvantagem comparativamente às mais jovens, (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Percentual de analfabetos entre a população com 15 anos ou mais e entre os jovens de 18 a 24 anos em 2009, (%)



(*) Os dados referem-se ao ano de 2008 para os países: Bolívia e Brasil. Paraguai, Perú e Venezuela tem como ano de referência, 2007.

Fonte: Compendio Mundial de Educação de 2011, Instituto de Estatística da UNESCO

Acesso à Educação dos jovens e adultos e as mudanças demográficas no Brasil nos anos 2000

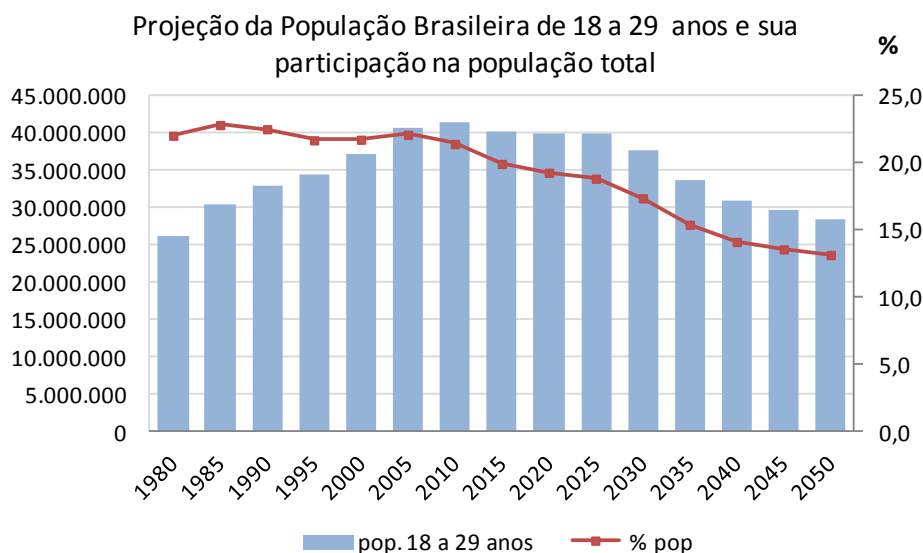
A transição demográfica no Brasil teve início nos anos 70 com importantes mudanças na estrutura etária, reflexo da queda da taxa de mortalidade e também do intenso declínio das taxas de fecundidade. Nas próximas décadas, cada vez mais a PIA (População em idade ativa) perderá espaço, apesar de que seus incrementos ainda serão bastante importantes até o ano de 2020, para após esse período estabilizar-se. Assim, tendo como pano de fundo o contexto demográfico, o país deverá estar em plena capacidade de geração de emprego.

Os jovens de 18 a 29 anos de idade no Brasil começaram a perder participação relativa na população a partir de 2005, mas será após 2025 que a população referente a este grupo se reduzirá em termos absolutos, (Gráfico 3).

O Brasil entrou em uma etapa conhecida como “bônus demográfico” que deverá durar até o ano de 2025, ou até mesmo antes, onde as taxas de dependência serão muito baixas, ou seja, a

relação entre o número de dependentes inativos e o número de ativos apresentará tendência declinante. Depois dessa data a janela demográfica fecha.

Gráfico 3 – Projeção da população jovem e participação relativa no total da população. Brasil, 1980-2050



Fonte: Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050 - Revisão 2008. IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais

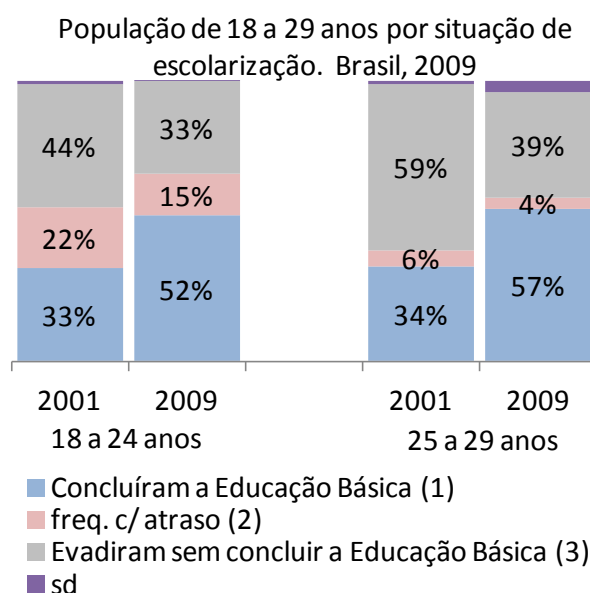
Diante do contexto atual de grande potencial produtivo da população e de crescimento econômico, as questões que se colocam são: será que vamos conseguir aproveitar estas oportunidades? E, ainda, neste cenário favorável que papel desempenha a educação para os adultos e, sobretudo para os jovens na formação de capital humano?

Com relação ao acesso à educação, entre o início e o final dos anos 2000 houve avanços em todas as faixas etárias. Ainda assim, no Brasil, o nível educacional dos jovens ainda é muito preocupante. Entre 2001 e 2009 puderam ser constatados ganhos na escolaridade do segmento mais jovem (18 a 24 anos) dentro da faixa etária referente à juventude considerada para este trabalho. No início do período, 1/3 destes jovens brasileiros haviam completado a educação básica, ou seja, haviam terminado o ensino médio podendo estar matriculados ou não em curso superior e, em 2009 pouco mais da metade deles se encontravam nesta condição. A proporção dos jovens de 18 a 24 anos que ainda vão à escola, mas estão atrasados, ou seja, aqueles que ainda estão terminando o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio foi reduzida de 22% para 15% no Brasil no período analisado. Apesar dos avanços apresentados, o baixo nível de escolaridade dos jovens ainda é um dos grandes desafios a ser vencido, sobretudo se

pensarmos que ainda em 2009, 1/3 desses jovens no Brasil não frequentavam escola e não haviam concluído a educação básica, (Gráfico 4).

Entre os jovens mais maduros, com idade entre 25 e 29 anos, onde ganhos na escolaridade já são mais difíceis de conseguir, já que a escolaridade está mais consolidada do que nos grupos mais jovens, os dados mostraram que em 2001, aqueles que haviam concluído a educação básica tinham uma participação de quase 34% e, no final do período em 2009, esta participação se eleva para quase 57%. Nesta faixa etária, apenas 4% ainda frequentavam a escola para recuperar a escolaridade referente aos Ensinos Fundamental ou Médio em 2009, mas ainda restavam quase 40% deles que não concluíram a educação básica e não estavam estudando.

Gráfico 4

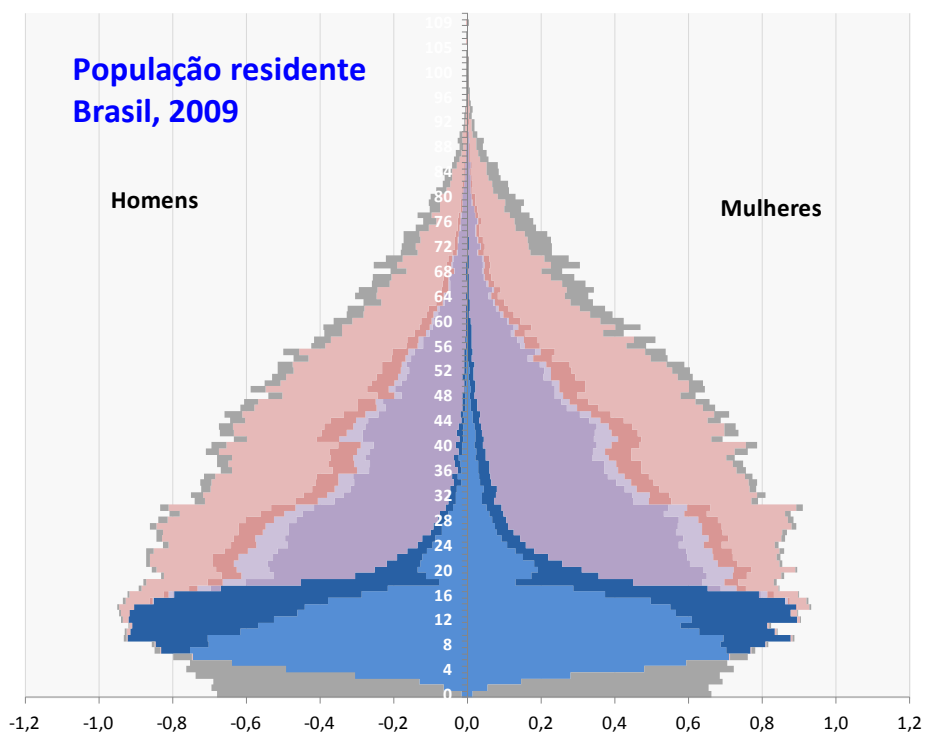
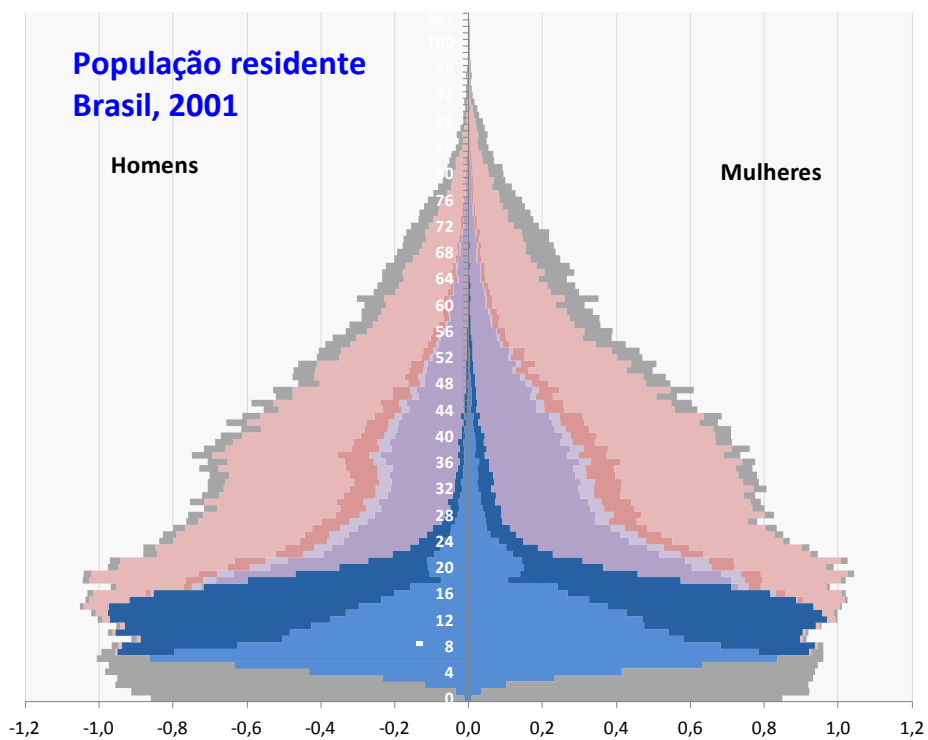


Nota: (1) Concluíram E. Médio ou mais ou, frequentam curso superior, (2) Frequentam Ensino Fundamental ou Ensino Médio (EJA), (3) Evadiram com EM incompleto ou, com EF completo ou incompleto.

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Apesar de ter sido mais difícil melhorar o nível de escolaridade da população adulta com mais de 30 anos, por conta das coortes mais velhas que estiveram menos sujeitas às políticas educacionais, ainda assim podemos dizer que houve progresso considerável refletido em maiores proporções de adultos com a educação básica concluída, (Gráficos 5 e 6).

Gráficos 5 e 6 - Pirâmides populacionais segundo nível educacional. Brasil, 2001 e 2009



- estuda sem atraso
- estuda com atraso
- não estuda, completou ens. secundário
- não estuda, não completou ens. secundário
- não estuda, completou ens. Secundário inferior
- não estuda, não completou ens. Secundário inferior
- nunca estudou

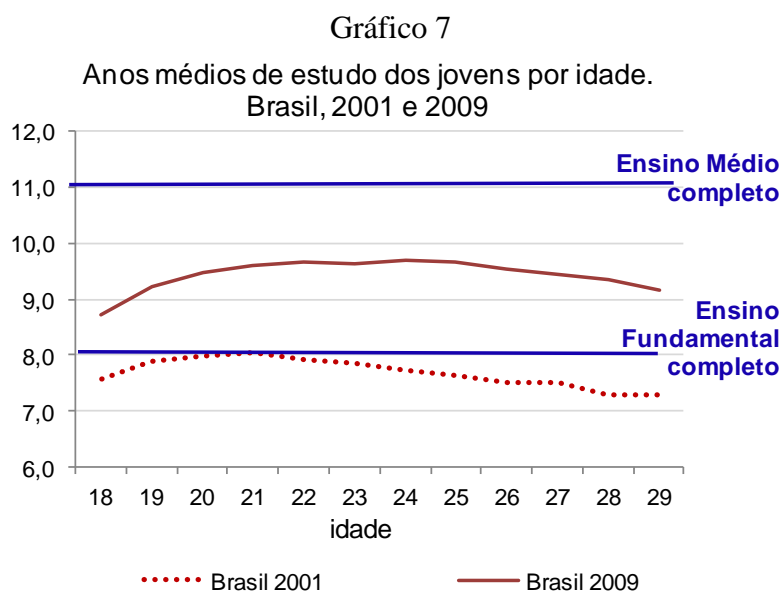
Fonte: Tabulações Especiais das Pnads 2001 e 2009. Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Há uma grande preocupação em vários países com a escolaridade da população jovem, na medida em que ela está diretamente relacionada com a inserção no mercado de trabalho.

Considerando o indicador anos médios de estudo, a escolaridade da população jovem do país, considerada aqui como aquela com idade entre 18 e 29 anos de idade, tem evoluído de forma positiva na última década. Segundo as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a população jovem no Brasil que em 2001 apresentava 7,7 anos de estudos completos em média, ao final da década atingiu 9,4 anos de estudo. Apesar da evolução da escolaridade dos jovens entre 2001 e 2009 no país, ainda estamos longe de alcançar uma situação ideal em que a grande maioria dos jovens, conclua a educação básica o que significa na prática possuir 11 anos de estudo concluídos¹, (Gráfico 7).

A população jovem conquistou em 2009 em média 1,7 anos de estudo a mais que em 2001. No entanto, o interessante é que no início da década, o auge da escolaridade ocorria aos 21 anos no país, quando os jovens concluíam o Ensino Fundamental com a média de 8 anos de estudo. Em 2009 a escolaridade média máxima ocorre aos 24 anos e correspondeu a 9,7 anos de estudo.

Assim, o avanço conquistado se deu, em boa parte, mais em função da maior permanência dos jovens na escola e menos pela redução do atraso escolar.



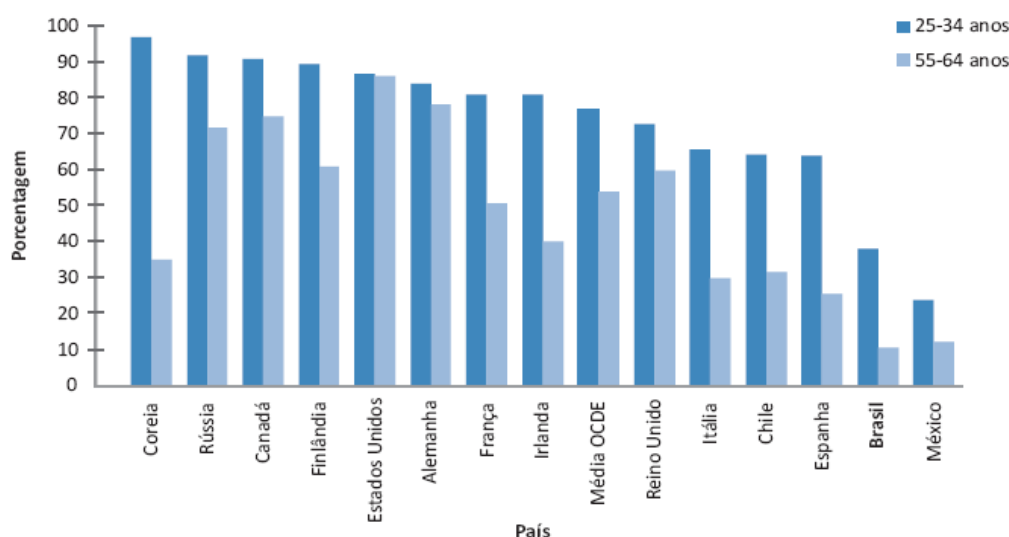
Fonte: Tabulações Especiais, Pnads. Elaboração: NEPP/UNICAMP.

¹ Atualmente concluir a Educação Básica representa possuir 12 anos de estudos completos, pois o Ensino Fundamental - primeira fase da educação básica - passou para 9 anos.

Completar a educação básica é um fator determinante para uma melhor inserção no mercado de trabalho. Na maioria dos países desenvolvidos, entre as gerações mais novas, a maior parte da população economicamente ativa concluiu o Ensino Médio. Em muitos desses países, inclusive as gerações mais velhas já apresentavam bons indicadores. Em alguns, a proporção da PEA com mais de 55 anos e com Ensino Médio completo superou os 50%, (Gráfico 8). Na comparação de 2007 com outros países, apenas o México tem uma PEA jovem menos escolarizada que o Brasil.

Se comparado ao avanço dos países desenvolvidos, o Brasil ainda está numa situação muito insatisfatória. Enquanto pouco mais da metade de nossos jovens conseguiram em 2007 completar o ensino médio, em países como Estados Unidos e Coréia os jovens já atingiram respectivamente 90% e 95%.

Gráfico 8
PEA com pelo menos Ensino Médio completo em 2007. Comparação entre duas gerações.



Fonte: Extraído em 20-01-2012 da apresentação de: A Crise de Audiência no Ensino Médio. Wanda Engel. Superintendente Instituto Unibanco. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/biblioteca/1253/a-crise-de-audiencia-no-ensino-medio---wanda-engel/> com dados de: Education at a Glance /2007. Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Apesar do avanço da escolaridade dos jovens na última década, medido em anos de estudo que se deu em todas as idades, muito ainda há que ser feito para atingir 12 anos de estudo completos correspondentes à escolaridade da educação básica previstos na proposta do PNE 2011-2020.

O incremento na proporção de jovens com a escolaridade básica concluída no decorrer da década é consequência das melhorias nas políticas educacionais com relação à correção de

fluxo que, em parte, reduziu o atraso escolar fazendo com que cada vez mais, os jovens cheguem à idade adulta mais escolarizados do que no passado. Entretanto, faltam ainda esforços efetivos para que os jovens que ainda não conseguiram concluir o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, sobretudo aqueles que estão fora da escola, tenham condições de retornar e permanecer até a conclusão destes níveis de ensino.

A oferta de Ensino para Jovens e Adultos no Brasil

Segundo Di Pierro (2011), a história da EJA (Educação de Jovens e Adultos) no Brasil foi fortemente marcada desde meados do século XX pelas campanhas de alfabetização, sobretudo nos anos 40 momento a partir do qual a EJA passou a ter uma estrutura mínima para atendimento. Apesar de a EJA ter passado por um retrocesso na época do golpe militar, pois de alguma forma era entendida como ameaçadora ao regime militar, ela passou a ser oficialmente instituída na LDB – Lei de Diretrizes e Base de 1971.

Na constituição de 1988, a EJA passou a ser reconhecida na medida em que a lei atribuiu ao Estado o dever de garantir que seja oferecido gratuitamente o Ensino Fundamental a todas as pessoas que não tiveram acesso na idade adequada.

Nos anos 90 houve um esforço do governo federal no sentido de promover a participação dos municípios, além de outras instituições como ONGs e universidades entre outros, na ampliação desta política educacional e vários fóruns foram criados. Apesar do reconhecimento da EJA pela constituição de 1988, como um direito à educação em qualquer idade, esta modalidade de ensino nunca foi prioridade na agenda do governo com relação às políticas Educacionais, justificadas pelo contingenciamento dos gastos.

Este contexto da oferta de EJA tem dificultado ainda mais as chances de recuperação e elevação da escolaridade da demanda que é fundamentalmente caracterizada por se concentrar nas camadas mais vulneráveis da população, onde persiste a desigualdade tanto da renda como a desigualdade educacional instaurada já historicamente entre gerações. Assim, a persistência das altas taxas de abandono da escola deve-se em grande parte à dificuldade de alinhar a oferta de EJA com as reais condições de aprendizagem dos jovens e adultos que a demandam.

Outra questão fundamental para a ampliação desta política educacional é o financiamento. No país ainda não há clareza sobre o quanto de recursos seria necessário para proporcionar uma ampliação das matrículas na EJA, assim como investimentos na melhoria da qualidade do

ensino. Di Pierro (2011), considera que no Brasil ainda há uma grande escassez de estudos sobre custos, sobre financiamento e gasto público relacionado à EJA, pois há falta de dados confiáveis de forma desagregada.

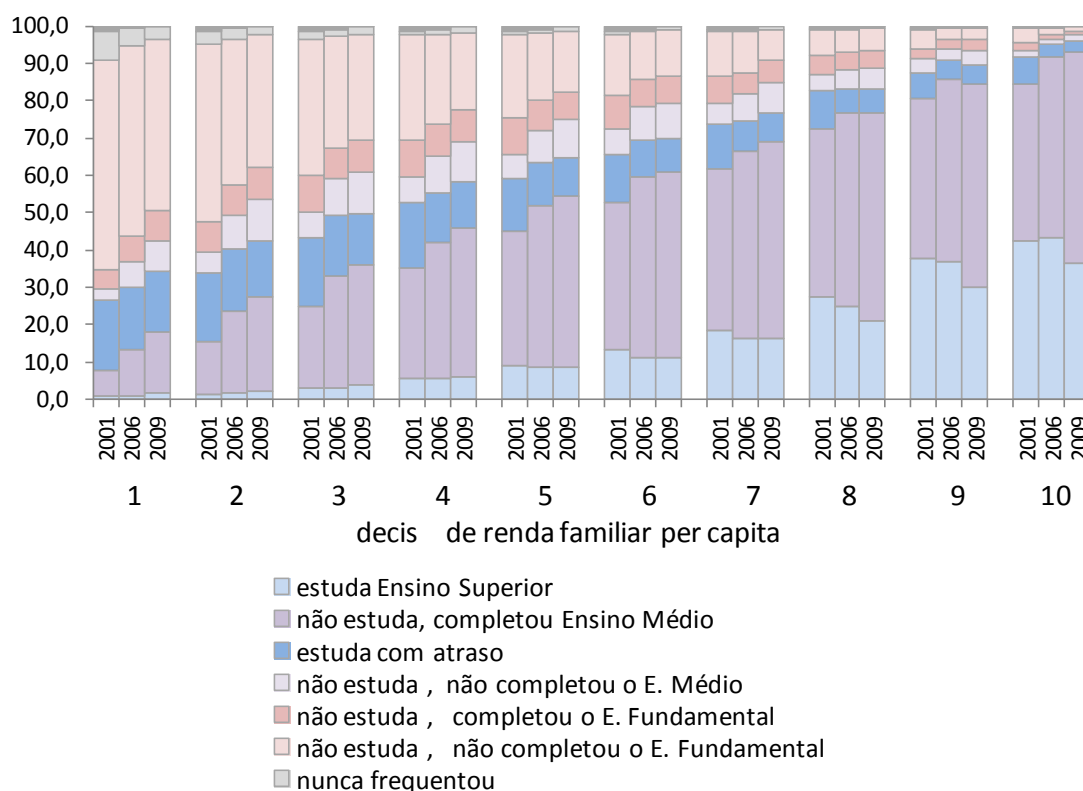
O próximo item apresenta resultados do Projeto “Desigualdade e pobreza nas famílias metropolitanas: diagnóstico e recomendações para a redução das desigualdades”, já citado na introdução, relacionados às dificuldades que os jovens e adultos enfrentam para elevar a escolaridade.

O baixo nível de renda da demanda como fator condicionante do acesso à escolarização dos jovens (18 a 29 anos)

Um dos fatos amplamente conhecidos é a forte associação positiva entre o nível de rendimentos das pessoas e o nível de escolaridade, relação que ocorre de maneira mais acentuada nas regiões mais vulneráveis à desigualdade social. No Brasil entre 2001 e 2009 foi possível notar a evolução positiva da escolaridade dos jovens, que ocorreu, de forma mais acentuada para os jovens dos segmentos mais pobres, mais do que para os jovens em melhores situações econômicas que historicamente já vinham em melhor situação educacional. Os jovens dos primeiros decis de renda domiciliar per capita foram os que apresentaram maiores percentuais de baixa escolaridade. Sobretudo no primeiro e no segundo decil de renda domiciliar per capita, estão os jovens com maiores chances de não terem completado nem o Ensino Fundamental, assim como também os que nunca frequentaram escola.

Em 2009, dos quase 38 milhões de jovens, aproximadamente 36%, ou em termos de volume quase 14 milhões de jovens não estudavam e, tampouco haviam completado a educação básica. Pelo menos 8 milhões de jovens em 2009 não tinha concluído o Ensino Fundamental ou nunca frequentaram uma escola. Os jovens dos segmentos menos privilegiados, segundo critério de distribuição da renda domiciliar per capita por decis, puderam experimentar a melhoria nas taxas de conclusão do Ensino Médio e, ou do ingresso no Ensino Superior, de forma mais acelerada do que os jovens de segmentos mais privilegiados, considerando que os jovens menos privilegiados já partiam de taxas de acesso a esses níveis de escolaridade, bem mais baixas, (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Jovens de 18 a 29 anos por situação de escolarização e decis de renda domiciliar per capita. Brasil, 2001, 2006 e 2009



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Perfil das pessoas maiores de 18 anos que estão fora da escola e que não completaram a educação básica em 2009

Dada a constatação da grande representatividade dos jovens que não completaram a Educação Básica e, na maioria das vezes nem a etapa inicial relativa ao Ensino Fundamental, o próximo item tem como objetivo traçar um perfil das pessoas maiores de 18 anos que não terminaram a escolaridade mínima prevista no Plano Nacional da Educação 2011-2020.

De acordo com a Tabela 1 no Brasil, em 2009, 56% das pessoas com mais de 18 anos não haviam completado a educação básica, ou seja, o ensino secundário. Em termos absolutos mais de 75 milhões de pessoas se encontravam nesta situação. Na medida em que se avança na idade as proporções de pessoas sem a educação básica concluída aumentam. Nas Regiões Metropolitanas e Distrito Federal o percentual de adultos sem completar a educação básica

(47,2%) é mais baixo que a media nacional. Apesar da situação mais favorável para os jovens das Regiões Metropolitanas, nos segmentos mais pobres este percentual aumenta sobremaneira. Enquanto nas Regiões Metropolitanas 47,2% dos maiores de 18 anos não completaram a Educação Básica, para os que contam com uma renda per capita abaixo de ½ salário mínimo o percentual eleva-se para quase 70%.

Tabela 1 – Situação de escolarização das pessoas maiores de 18 anos que não estavam estudando e, que não concluíram a Educação Básica em 2009.

	nunca frequentou (%)	parou com EF incompleto (%)	parou com EF completo (%)	parou com EM incompleto (%)	Total sem concluir EM (%)	Total sem concluir EM (abs)	Total de pessoas na faixa etária (abs)
Brasil							
18-24	1,2	16,7	6,1	9,1	33,1	7.616.187	22.988.302
25-29	2,0	22,8	7,1	7,4	39,3	6.466.555	16.437.648
30+	9,9	42,8	8,0	3,9	64,6	61.549.674	95.347.122
Total	7,4	35,9	7,6	5,2	56,1	75.632.416	134.773.072
RM							
18-24	0,8	10,5	5,9	9,2	26,4	1.866.124	7.079.145
25-29	1,1	14,5	7,0	7,7	30,3	1.631.368	5.378.400
30+	5,2	35,5	9,6	4,6	54,9	16.980.638	30.927.619
Total	4,0	28,8	8,7	5,7	47,2	20.478.130	43.385.164
RM e renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo							
18-24	1,6	24,9	9,5	12,6	48,7	637.035	1.307.406
25-29	2,4	35,9	10,7	12,7	61,7	603.546	978.870
30+	9,7	52,3	9,6	5,9	77,6	3.494.174	4.504.932
Total	7,1	44,7	9,8	8,2	69,7	4.734.755	6.791.208

Fonte: Tabulações Especiais, Pnad 2009
Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Os dados da Pnad 2009 apresentados na Tabela 2, revelaram que entre os homens jovens que não completaram a educação básica, para o grupo entre 18 e 29 anos de idade, 35% estão inseridos em ocupações não precárias, quase 47% encontra-se em ocupações precárias principalmente como assalariados sem registro e autônomos, 8,4% estão desempregados e, 10% inativos. Na medida em que a idade avança, para o segmento de adultos entre 30 e 49 anos, a distribuição se modifica, acentuando a proporção de ocupados não precários para 40% e a de ocupados precários para 48,5% em função do declínio de desempregados e inativos com respectivamente 3,6% e quase 8%. Para os adultos mais velhos, aqueles com mais de 50 anos, sobe muito a proporção de inativos – quase 43%, os inseridos em ocupações precárias representam 38% e, nas ocupações não precárias quase 18%. Os que afirmaram estar desempregados somaram 1,7%.

Entre as mulheres jovens de 18 a 29 anos e, as adultas de 30 a 49 anos, que não completaram a educação básica, as maiores participações estão relacionadas às inativas, com respectivamente 45% e, 37% de participação. Nesta categoria provavelmente estão as mulheres que cuidam da casa e se declararam como cônjuges na unidade familiar, situação que compromete a saída da mulher para o mercado de trabalho aliada à baixa escolaridade. Entre as jovens de 18 a 29 anos, 32,1% estão inseridas em ocupações precárias, boa parte delas em empregos domésticos e, 12% em ocupações não precárias. Para as mulheres adultas com idade entre 30 e 49 anos, 43,5% se encontram em ocupações precárias, sobretudo como empregadas domésticas e quase 14% estão em ocupações não precárias.

Entre as mulheres, jovens (com menos de 30 anos) e as adultas (entre 30 e 50), a proporção das que se declararam desempregadas é bem superior às mesmas proporções relativas aos homens, 11,3% e 6% respectivamente sugerindo, portanto, a intenção das mulheres de se inserir no mercado de trabalho mesmo com baixa escolaridade. No caso das mulheres com idade superior a 50 anos e sem educação básica, eleva-se muito a proporção de inativas, 72%. Neste caso, a maioria já se encontra aposentada ou é beneficiária de pensão. No entanto, 22% delas ainda trabalham em ocupações precárias principalmente como domésticas ou autônomas.

Em síntese, podemos dizer que há menos mulheres jovens e adultas (com até 49 anos) fora da escola e sem concluir a educação básica do que homens - 23 milhões de homens para 20 milhões de mulheres. Entre as pessoas maiores de 50 anos na mesma situação educacional ocorre o inverso, ou seja, uma sobre representação feminina, 14 milhões de homens contra 17 milhões de mulheres. Este diferencial por sexo explica-se em grande parte pela baixa frequência das mulheres nas escolas até metade do século XX onde o papel tradicional feminino estava relegado às tarefas domésticas e às responsabilidades familiares.

No entanto, existem algumas teorias que podem explicar a maior escolaridade feminina entre as mais jovens comparadas com as mais velhas. Entre elas citamos algumas destacadas por Camarano, (2011).

Em primeiro lugar há a hipótese de que as mulheres tiveram necessidade de estudar mais para conquistar maior qualificação da mão de obra e, assim garantir seu espaço no mercado de trabalho. Além disso, há a questão da mudança nos tipos de famílias. Na medida em que as mulheres cada vez mais passaram a chefiar famílias e, passaram a participar mais do sustento das famílias, elas tiveram maiores necessidades educacionais.

Por outro lado, os homens historicamente entram no mercado de trabalho antes do que as mulheres dificultando, assim, a permanência na escola e a conclusão dos estudos. As mulheres com menos de 50 anos, por experimentar a maternidade mais velhas do que as mulheres do passado, as quais se tornavam mães mais cedo e abandonavam os estudos, acabam por permanecer mais tempo na escola e ter níveis de escolaridade mais elevados do que as mulheres mais velhas.

Tabela 2 - Distribuição das pessoas maiores de 18 anos que não estudam e não concluíram a educação básica. Brasil, 2009

Condição de precariedade		Masculino			Feminino		
		18-29	30-49	50+	18-29	30-49	50+
Ocupados	Assalariado	33,9	35,5	14,0	11,7	12,9	4,3
não precários	Empregador	1,2	4,6	3,6	0,3	1,0	0,6
	sub total	35,1	40,1	17,6	12,0	13,8	5,0
Ocupados	Assalariado s/ registro	27,8	17,3	7,9	7,2	5,5	1,8
precários	Autônomo	13,4	28,0	25,9	6,2	11,8	8,3
	Empregado doméstico	0,8	1,2	0,9	12,9	19,0	6,5
	Trabalhador familiar	4,6	1,9	3,1	5,6	6,8	5,1
	Trab. não remunerado	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,3
	sub total	46,7	48,5	38,1	32,1	43,5	22,0
Desempregados		8,4	3,6	1,7	11,3	5,9	1,2
Inativos		9,8	7,8	42,7	44,7	36,8	71,9
Total		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total abs.		7.836.214	15.303.533	14.245.085	6.246.528	14.684.249	17.316.807

Fonte: Tabulações Especiais, Pnad 2009
Elaboração: NEPP/UNICAMP.

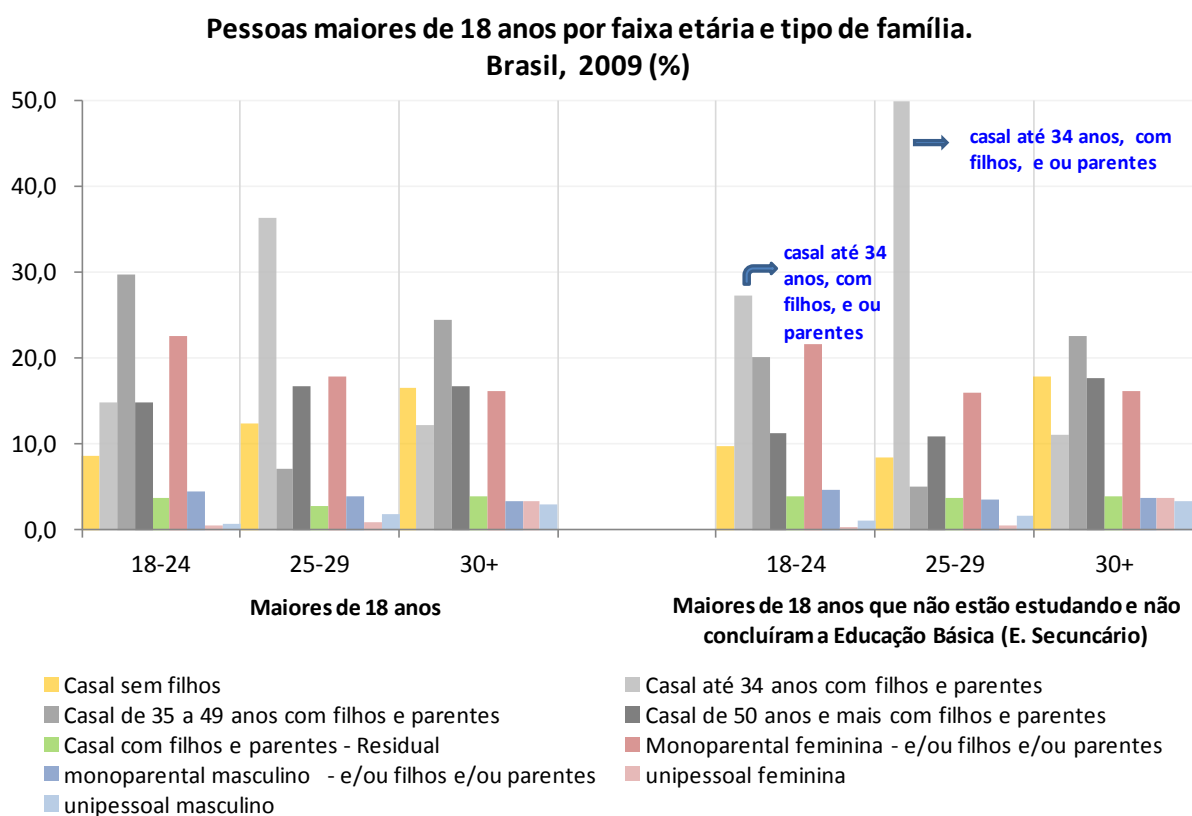
Da análise da distribuição percentual dos adultos nos grupos de 18 a 24 anos, de 25 a 29 anos e para os maiores de 30 anos por tipo de família a que pertencem e, comparando a distribuição daqueles que não concluíram a educação básica com a distribuição dos grupos etários na população com mais de 18 anos, fica claro que entre as pessoas mais jovens que não completaram a educação básica, o tipo mais recorrente de família é aquela formada pelo casal com idade média de até 34 anos e com filhos, (Gráfico 10).

Em geral a família nucleada pelo casal com idade média de até 34 anos com filhos é o tipo de família mais frequente entre os jovens que abandonaram a escola sem concluir a educação básica, tanto para homens como para mulheres, que nestas faixas etárias mais jovens exercem o papel de chefe ou cônjuge.

Os dados sugerem que na maior parte das vezes as pessoas dos grupos mais jovens que não estão estudando e que não completaram a escolaridade básica já adquiriram muitas

responsabilidades advindas da constituição de suas famílias. Grande parte delas já são pais e mães de famílias com filhos pequenos, situação que dificulta muito a volta à escola para a recuperação da escolaridade. Sobretudo no caso das mulheres que ao se tornarem mães e não terem concluído os estudos acabam abandonando a escola de vez. Nesse sentido, os dados mostram que existe uma associação positiva importante entre ser jovem e não ter concluído a educação básica e ser chefe ou cônjuge de famílias com filhos pequenos.

Gráfico 10



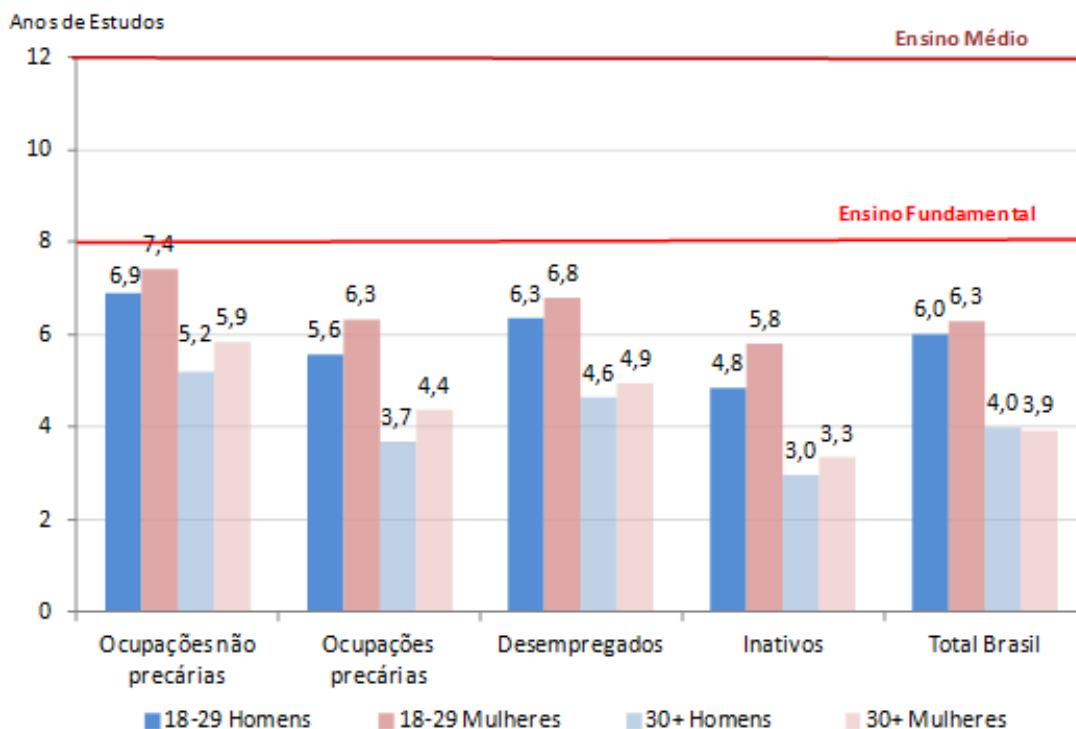
Fonte: Tabulações Especiais, Pnad 2009
Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Apesar dos avanços na educação constatados na última década, a pesquisa apontou que entre aqueles que estavam fora da escola e não haviam concluído a educação básica, o nível de escolaridade média não atingiu nem a conclusão do Ensino Fundamental. Em 2009, a escolaridade média dos homens jovens com menos de 30 anos e que não completaram a educação básica foi de 6 anos de estudos concluídos e para os mais velhos, 4 anos em média. As mulheres que sempre apresentaram melhores taxas comparativamente aos homens atingiram 6,3 anos para as mais jovens e 3,9 anos de estudo completos para as mais velhas, com mais de 30 anos.

Como já é de conhecimento que o nível educacional está diretamente relacionado com a inserção ocupacional, os dados comprovam que os mais escolarizados mesmo entre os de baixa escolaridade são mais prováveis de estarem inseridos em ocupações não precárias, (Gráfico 11).

Gráfico 11

Anos médios de estudo da população maior de 18 anos que não completou a educação básica segundo inserção ocupacional. Brasil, 2009



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Políticas de incentivo à recuperação da escolaridade de adultos

Analisar a evolução da Educação de Jovens e Adultos – EJA - na última década significa olhar as ações e os progressos obtidos principalmente na gestão dos últimos governos, tendo em vista que as políticas para a EJA foram instituídas na legislação do Plano Nacional de Educação – PNE - estabelecida em 2001 e, portanto, perpassando pelos dois últimos governos. Embora do ponto de vista do aumento da importância da EJA dentro da política educacional, tanto pela institucionalização dentro do sistema de educação básica como pela sua inclusão nos mecanismos de financiamento como o FUNDEB - Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério, na prática os indicadores mostraram que muito pouco avanço foi conquistado, (DI PIERRO, 2010).

As metas estabelecidas para a EJA no primeiro PNE (Plano Nacional de Educação), referente ao período 2001-2010, que previam expansão da oferta² de matrículas foram:

1 - assegurar a oferta de EJA de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não a possui, em cinco anos;

2 - assegurar a oferta de EJA de 5ª a 8ª série do ensino fundamental para 100% da população de 15 anos ou mais que concluiu a 4ª série, em dez anos;

3 - dobrar a capacidade de atendimento de EJA do ensino médio, em cinco anos;

4 - quadruplicar a capacidade de atendimento de EJA do ensino médio, em dez anos;

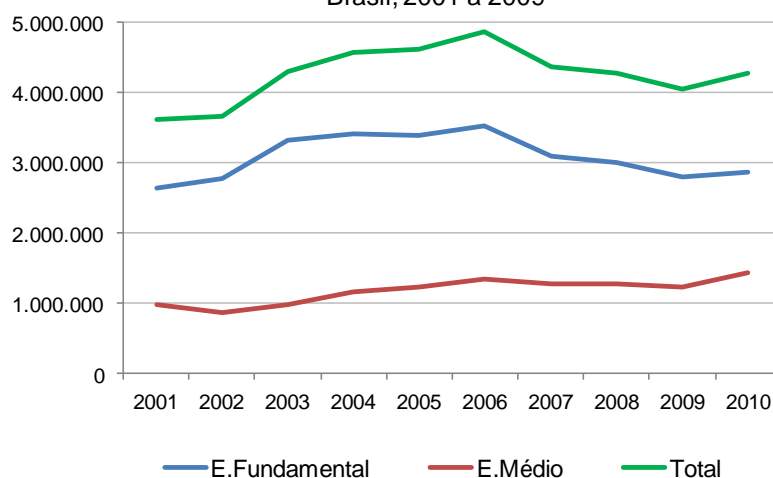
A expansão da oferta de matrículas na EJA, que ocorreu de forma muito lenta não possibilitou alcançar plenamente nenhuma das metas estabelecidas para a EJA no primeiro PNE. Ainda que a EJA, ao ser incluída no FUNDEB pudesse representar uma ampliação da oferta, há uma grande dificuldade a ser vencida que são as altas taxas de evasão deste tipo de ensino, sobretudo na etapa referente ao Ensino Fundamental. Apenas para ter uma ideia, em 2009 de acordo com os dados da Pnad, entre a população com mais de 18 anos que declarou não estar estudando, mas já ter estudado na EJA, na etapa referente ao Ensino Fundamental, 33% afirmaram ter concluído e, na etapa referente ao Ensino Médio, 86% afirmaram ter concluído.

De acordo, com os dados do INEP/MEC a oferta total de matrículas na EJA em 2009 foi ligeiramente superior a 4 milhões. A tendência no período de 2001 a 2009 foi de crescimento no volume das matrículas até o ano de 2006, (Gráfico 12). De 2007 até 2009 o volume de matrículas na EJA, tanto do Ensino Fundamental, quanto do Ensino Médio vem caindo e ficou muito aquém da demanda.

² Além destas metas estabelecidas para o EJA, também havia a meta de erradicar o analfabetismo adulto, em dez anos e, implantar em todas as unidades prisionais e nos estabelecimentos que atendem jovens e adolescentes infratores programas de EJA de ensinos fundamental e médio, assim como formação profissionalizante.

Gráfico 12

Evolução das matrículas em EJA por etapa de ensino.
Brasil, 2001 a 2009



Fonte: Extraído de: A Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação: Avaliação, Desafios e Perspectivas. Maria Clara di Pierro, 2010 e, site: INEP/MEC. Elaboração: NEPP/UNICAMP.

A Pnad de 2009 mostrou que ainda temos no Brasil, mais de 14 milhões de jovens com idade entre 18 e 29 que estão fora da escola e que não completaram a Educação Básica, sendo que mais de 8 milhões desses jovens sequer concluíram o Ensino Fundamental, (Tabela 3). A situação é ainda mais grave se pensarmos que além dos contingentes citados, que se referem àqueles jovens e adultos que estão fora da escola e precisam ser incluídos novamente para concluir a escolarização básica, ainda há os jovens e adultos que estão na escola e que provavelmente em boa parte irão evadir.

Para os que não conhecem o contexto educacional no que se refere aos jovens e adultos no Brasil, fica difícil entender como uma demanda tão grande que contabiliza mais de 75 milhões de pessoas com mais de 18 anos sem escolaridade básica, onde 14 milhões são jovens com idade entre 18 e 29 anos, não consegue ser atendida por uma política educacional que atenda as suas necessidades. A questão fica mais difícil ainda de ser entendida quando os dados mostram que a oferta de matrículas na EJA se encontra em declínio desde 2007. Isso, sem falar da pressão do mercado que solicita cada vez mais pessoas com maior qualificação profissional. Diante desta situação a questão que fica é por que os jovens e adultos não estão se empenhando o suficiente para melhorar sua escolaridade e sua qualificação profissional?

Tabela 3
Pessoas maiores de 18 anos que não estudam e não concluíram a educação básica por faixa etária Brasil, 2009

	Sem Ensino Fundamental Completo *	Sem Ensino Médio Completo **	Total
Brasil			
18-24	4.113.107	3.503.080	7.616.187
25-29	4.080.144	2.386.411	6.466.555
30 anos ou mais	50.201.712	11.347.962	61.549.674
Total	58.394.963	17.237.453	75.632.416

(*) Pessoas que nunca frequentaram escola ou que cursaram alguma série do E.F.

(**) Pessoas que completaram o Ensino Fundamental e concluíram ou não alguma série do Ensino Médio

Fonte: Pnad 2009

Os dados deixam claro que o desafio para a elevação da escolaridade de jovens e adultos é muito grande e necessita de ações urgentes, sobretudo se pensarmos que além da dificuldade de ampliar a oferta de vagas ainda temos que pensar em formas de melhorar a adesão e permanência de jovens e adultos à escola, pois a evasão escolar na EJA é elevada.

A Pesquisa Nacional por amostra de domicílio de 2007 apontou que 43% dos estudantes matriculados na EJA abandonaram o curso. Indagados sobre qual motivo provocou a evasão, 28% atribuíram à dificuldade de conciliar o horário das aulas com o horário do trabalho, 15,6% mencionaram o desinteresse pelo curso, 13,6% declararam dificuldades com o horário dos afazeres domésticos e, 13,6 apontaram dificuldades para acompanhar o curso.

A dificuldade em compatibilizar horário das aulas e o horário do trabalho é um obstáculo muito grande para o trabalhador. A maioria dos cursos é ofertada no período noturno e atende a trabalhadores que muitas vezes já trabalharam muitas horas ao longo do dia. Além disso, muitas vezes o trajeto do local do trabalho até o local onde o curso é oferecido representa mais um impeditivo.

É muito provável que jovens e adultos que não conseguiram completar a educação básica não procurem e não tenham uma adesão maior à EJA porque a luta diária para garantir o seu sustento e o da sua família consome muito do seu tempo e da sua disposição. Por outro lado, a pouca flexibilização da oferta educacional estruturada em modelos convencionais, com horários e conteúdos muito rígidos reduz ainda mais as chances dos jovens e adultos em situações mais vulneráveis se sentirem estimulados a frequentar a escola.

A política educacional tem centrado seus esforços muito mais no ensino regular visando à inclusão das crianças e adolescentes e a educação de adultos tem ficado em uma situação marginalizada na agenda das políticas educacionais. Além da escassez de recursos destinados a EJA, dentre os grandes problemas relacionados à oferta de educação para adultos, podemos citar desde os problemas relacionados à metodologia, aos problemas relacionados com a formação dos professores e até de falta de escolas.

Com relação à tendência de declínio das matrículas na nos últimos anos, existem algumas possíveis explicações, mas um dos principais motivos está relacionado com a incapacidade da política de mobilização do público. Os gestores das redes de ensino precisam estar mais informados das necessidades reais da população de forma mais desagregada possível, de forma a identificar demandas nos municípios e até nas áreas mais desagregadas, pois a oferta educacional tem de estar onde os alunos se encontram.

Faltam esforços dos estados e municípios quanto aos investimentos nesta modalidade de ensino, tendo em vista que muitas vezes eles consideram mais interessante investir nas etapas de ensino direcionadas ao público infantil e adolescente.

O texto apresentado no site da organização Ação Educativa³ exprime claramente o quadro atual do descompasso da EJA perante as necessidades da população por uma nova escola para jovens e adultos:

É essencial que se faça uma escola para jovens e adultos cada vez mais desvinculada do ensino regular, com horários e formatos bastante flexíveis. Também não haverá crescimento da EJA enquanto não se constituir uma política intersetorial efetiva, pois grande parte do público da EJA se compõe de pessoas de baixa renda que precisam ter outras condições garantidas para poder voltar para a escola: creche para os filhos, atendimento de saúde, transporte, enfim, é preciso que as condições sociais desse sujeito sejam satisfatórias para que ele possa encontrar espaço para frequentar uma escola. Também sabemos que é necessário existirem professores com formação e carreira específica.

Além disso, a grande maioria da demanda por educação formal é constituída por um segmento que também apresenta demanda por qualificação profissional.

³ <http://www.viveraprender.org.br/2011/01/censo-escolar-revela-nova-queda-nas-matriculas-da-eja-em-2010-ms-e-sp-registram-os-maiores-descensos/> de 7 de janeiro de 2011. Acesso: 08-10-2011.

Assim, a EJA deve ser pensada de forma a incluir em sua operacionalização e execução as particularidades dos segmentos populacionais que a demandam, para que de fato se constitua em um direito à educação e represente um salto educacional legítimo para além da alfabetização.

Como iniciativa nesta área o governo lançou dois programas: o Projovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens – e, o Proeja - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade EJA. Ambos os programas oferecem bolsas aos alunos com o intuito de aumentar a adesão.

O Proeja foi lançado em 2005 pelo Ministério da Educação e embora não sejam encontradas facilmente informações com relação à avaliação do programa, sabe-se que as dificuldades com relação a este programa são semelhantes às referentes ao EJA como o elevado nível de evasão e a heterogeneidade dos alunos⁴, fato que acabará comprometendo em grande parte o cumprimento da meta no. 10⁵ do PNE proposta para 2011-2020.

O Projovem é um programa que também visa à elevação da escolaridade, sobretudo a conclusão do Ensino Fundamental aliado à qualificação profissional. De acordo com a apresentação do programa pelo governo federal o programa pretende: “estimular a inserção produtiva cidadã e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício de cidadania e intervenção na realidade local⁶.” Além da conclusão do ensino fundamental, o programa se propõe a fornecer qualificação profissional com certificação de formação inicial e promover experiência de atuação social na comunidade. Entre 2008 até 2010 o Projovem atendeu pouco mais de 660 mil jovens entre 2008 e 2010.

Apesar dos esforços do governo federal com a oferta destes programas, ainda estamos muito longe de atingir uma situação satisfatória, haja vista que em 2009 a Pnad captou mais de 8 milhões de jovens que não haviam completado nem Ensino Fundamental.

Uma ampliação da oferta de EJA que consiga atingir o público levando em conta suas especificidades em todas as localidades é um desafio muito grande, porém necessário para que seja garantido o direito à educação de todas as pessoas.

⁴ Com relação à gestão desse programa são comumente relatados problemas relacionados: à falta de divulgação, ao programa de bolsa tardio e à frágil integração interinstitucional.

⁵ Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

⁶ Ver: (www.projovem.gov.br)

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. G.. **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: MEC/Secad, Unesco, 2007.

Disponível em: <<http://forumeja.org.br/colecaoaparatos>>. Acesso em: 06-08-2010

ALVES, J.E.D., O Bônus Demográfico e o Crescimento Econômico no Brasil. 2008 disponível em:

http://www.braudel.org.br/eventos/seminarios/2008/0506/bonusdemografico_jeda_aparte.pdf
Acesso em: 06-09-2011.

AMARAL, N. C. Financiamento da educação básica e o PNE 2011-2020. **Retratos da Escola**. Brasília, DF, v. 4, n. 6, p. 123-141, jan./jul. 2010.

ANDRADE, C. Y. TELLES, S. M. B. S. Universalização e equidade: análise da evolução do acesso à educação básica no Brasil de 1995 a 2005. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16º**. Caxambu, 2008 .

Disponível em:<http://www.abep.org.br/>. Acesso em: 01-08-2011

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da União*, Brasília 1996e. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 17-09-2011

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Plano Nacional de Educação*. Brasília, 2001d.

Disponível em:<<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: 13-10-2011

BRASIL. Lei n. 10.172. Ministério da Educação. Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação **.Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Brasília, 2001f.

Disponível em: <<http://cenpec.org.br/biblioteca/educacao/marco-legal/projeto-de-lei-do-plano-nacional-de-educacao-2011-2020>>. Acesso em: 04-07-2011

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). **Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja – educação profissional técnica de nível médio: ensino médio, documento base**. Brasília, 2007c.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf>. Acesso em: 20-11-2011

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. Projeto pedagógico integrado – PPI – ProJovem Urbano. Brasília, 2008b.

Disponível em:

<http://www.projovemurbano.gov.br/userfiles/file/SET%202008_%20PPI%20FINAL.pdf>.<<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1583/1275>>. Acesso em: 06-12-2011

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad). Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Projeto base ProJovem Campo. **Saberes da Terra**: Programa Nacional de Educação de Jovens Agricultores(as) Familiares Integrada à Qualificação Social e Profissional. Brasília, 2009a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/projovem_projetobase2009.pdf>. Acesso em: 26-11-2011

CAMARANO, MELLO, PASINATO, KANSO, Multiple trajectories of young Brazilians towards adult life. 2011. Disponível em: <<http://iussp2005.princeton.edu/download.aspx?submissionId=51965>> Acesso em: 20-08-2012

DI PIERRO, M. C. ; XIMENES, S. . Políticas e direitos educativos de jovens e adultos no Estado de São Paulo: notas de pesquisa e relato de intervenção. In: XXV Simpósio Brasileiro e II Congresso Iberoamericano de Política e Administração da Educação, 2011, São Paulo. Políticas públicas e gestão da educação: construção histórica, debates contemporâneos e novas perspectivas. Biblioteca Anpae - Cadernos 11. São Paulo: ANPAE, PUCSP, USP, 2011. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0342.pdf>>.

DI PIERRO, M. C.. A educação de jovens e adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas. **Educação & Sociedade** (Impresso), Campinas, 2010 v. 31. p. 939-959. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/es/v31n112/15.pdf>. Acesso em: 15-12-2011

DI PIERRO, M. C. A educação de jovens e adultos na América Latina e Caribe: trajetória recente. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), v. 38, p. 367-391, 2008.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: Notas Metodológicas da Pesquisa Básica. 2009.

INFORME SOBRE TENDENCIAS SOCIALES Y EDUCATIVAS EN AMÉRICA LATINA. Primera Infancia en América Latina: La situación actual y las respuestas desde el estado. SITEAL – **Sistema de Información de Tendencias Educativas en América Latina**. 2009. Disponível em: <<http://www.siteal.iipe-oei.org/informe/228/informe-2009>>. Acesso em: 20-07-2011

INSTITUTO DE ESTADÍSTICA DE LA UNESCO (UIS) (2011). Compendio Mundial de la Educación 2011. Comparación de las Estadísticas de Educación en el Mundo. Instituto de Estadística de la UNESCO (UIS), Montreal, 2011. Disponível em: <http://www.uis.unesco.org>. Acesso em: 15-04-2012

IPEA, PNAD 2009 - Primeiras análises: Situação da educação brasileira - avanços e problemas. **Comunicado IPEA**, n. 66, 18 nov. 2010.

MARINHO, R. P.;PACHECO, H. P. Os Impactos do FUNDEB para a educação de Jovens e adultos: Uma análise necessária.2010. Disponível em:

<http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2010/Artigos/GT7/OS_IMPACTOS_DO_FUNDEB.pdf>. Acesso em : 19-09-2011

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. O dilema da repetência e da evasão. 2007. Disponível em:

<http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1162:catid=28&Itemid=23> Acesso em: 14 nov. 2011.

LIMA FILHO, D. L. Educação de Jovens e Adultos (EJA) e mundo do trabalho: elementos para discussão da reconfiguração do currículo e formação de educadores. In: MACHADO, Maria Margarida (Org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**: II Seminário Nacional. Brasília: MEC/Secad, Unesco, 2008. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/files/livrosegsemi.pdf>>. Acesso em: 04-12-2011

LUTZ, W. K., S. Global HumannCapital: Integrating Education and Population. In: Science. 29 de Julho de 2011. Vol. 333 no. 6042 pp. 587-592 .DOI: 10.1126/science.1206964. Disponível em: <http://www.sciencemag.org/content/333/6042/587.full>.

MTE, CGEE. **Análise da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD: 2005.** – Educação. Brasília: MTE, CGEE, 2007. 170 p. ISBN 978-85-60755-00-4.

NERI, M. C. O Paradoxo da Evasão e as Motivações dos Sem-escola. In: VELOSO, Fernando et al. (orgs.). **Educação Básica no Brasil: Construindo o País do Futuro.** Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2009.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. De Olho nas Metas 2010. Brasília, dez.de 2010. (Relatório anual do movimento Todos pela educação). Disponível em: http://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/de_olho_na_metas_2010_sumario_versao_para_divulgacao.pdf>. Acesso em: 02-10-2011.

UNICEF. [O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades.](#) Brasília: UNICEF, 2011 182p. (relatório: Situação da adolescência brasileira, 2011). Disponível em: < http://www.unicef.org/brazil/pt/br_sabrep11.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2011.